

Coleção **PASSO-A-PASSO**

CIÊNCIAS SOCIAIS PASSO-A-PASSO

Direção: Celso Castro

FILOSOFIA PASSO-A-PASSO

Direção: Denis L. Rosenfield

PSICANÁLISE PASSO-A-PASSO

Direção: Marco Antonio Coutinho Jorge

Heitor Frúgoli Jr.

Sociabilidade urbana

SBD-FFLCH-USP



311610



ZAHAR
Jorge Zahar Editor

Rio de Janeiro

Ver lista de títulos no final do volume

Sociabilidade urbana

120 - 50 - 100

Sumário

Copyright © 2007, Heitor Frúgoli Jr.

Copyright desta edição © 2007:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja
20031-144 Rio de Janeiro, RJ
tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0800
e-mail: jze@zahar.com.br
site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não-autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Composição: TopTextos Edições Gráficas Ltda.
Impressão: Sermograf

Capa: Sérgio Campante

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Frúgoli Junior, Heitor
F963s Sociabilidade urbana / Heitor Frúgoli Jr. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
(Passo-a-passo; 80)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-378-0036-2

1. Antropologia urbana. 2. Sociologia urbana. 3. Geografia humana. 4. Interação social. I. Título. II. Série.

07-3181

CDD: 307.76
CDU: 316.334.56

Introdução	7
Simmel e as formas de sociabilidade	8
Cidade moderna: proximidade e distância	14
Escola de Chicago: espacialização do social	17
Sociabilidade: (re)leituras e desdobramentos possíveis	23
Trajetórias do conceito de situação	36
Os desafios de abordagens contemporâneas	45
Ponderações finais	51
<i>Referências e fontes</i>	56
<i>Leituras recomendadas</i>	65
<i>Agradecimentos</i>	69
<i>Sobre o autor</i>	70

DEDALUS - Acervo - FFLCH



20900041104

Introdução

A proposta deste livro é aprofundar a compreensão do caráter *relacional* e *situacional* de atores e grupos sociais na cidade — ou *da* cidade, se buscarmos uma precisão analítica —, através da apresentação de certas trilhas conceituais e investigativas.

Dentre as escolhas que permeiam as possibilidades de análise e interpretação da vida urbana — principalmente da metropolitana, onde vários dos fenômenos aqui abordados ganham em intensidade e profundidade —, será privilegiada, como ponto de partida, a figura do *citadino*, que ocupa espaços urbanos, desloca-se por seus diversos territórios e estabelece relações de proximidade e distância com outros cidadãos, em contextos específicos e situados. Ele não se reduz à figura do transeunte, mas como aponta Isaac Joseph (1944-2004), tampouco coincide obrigatoriamente com a do cidadão (embora possa vir a assumir tal condição), já que a urbanidade não conduz *a priori* às práticas de cidadania, e nem sempre a cidade, por suas conjunções estruturalmente instáveis (ao atrair e repelir, ao mesmo tempo, seus habitantes entre si), produz aglomerações politizadas.

A explicitação dessas sendas de reflexão e pesquisa exige a reconstituição da gênese de alguns conceitos básicos, a começar pelo de *sociabilidade* (*Geselligkeit*), que terá destaques especial neste livro. Tal conceito foi criado originalmente no campo da sociologia (ou da filosofia social, sob outro prisma) por Georg Simmel (1858-1918), autor que, dentre várias indagações, norteava-se pela pergunta “como a sociedade é possível?”, buscando não tomá-la como algo dado, mas continuamente constituído (e dissolvido) pelos indivíduos, através de interações recíprocas. O mesmo veio a ser posteriormente re-significado através de um rico diálogo entre a sociologia e a antropologia voltadas à vida urbana. Dentro desta interlocução, destacar-se-á a contribuição antropológica, que privilegia a prática etnográfica, também voltada à explicitação de uma condição relacional e situacional que, nesse caso, o pesquisador assume com seus próprios objetos de pesquisa.

Isto define os parâmetros iniciais, a partir dos quais se convida o leitor a uma incursão pelos meandros dessa *cidade relacional*.

Simmel e as formas de sociabilidade

Adentrar aspectos centrais dos escritos de Simmel exige uma série de cuidados, por se tratar, como aponta Leopoldo Waizbort, de uma obra marcada pela multiplicidade de direções, pluralidade de perspectivas, defesa do fragmento e oposição a toda pretensão de sistema. Tendo isso em vista,

bem como os objetivos mais precisos dessa abordagem, cabe introduzir, como demonstra Donald Levine, que, para Simmel, a sociedade existe como um dos modos pelos quais toda a experiência humana pode ser potencialmente organizada, e num sentido concreto, designa um complexo de indivíduos socializados, uma rede empírica de relações humanas operativa num dado tempo e espaço; num sentido abstrato, denota a totalidade dessas formas relacionais através das quais os indivíduos tornam-se parte de tal rede. A sociedade seria, em suma, “a modalidade de interação entre indivíduos: o processo geral e os processos particulares de associação (*Vergesellschaftung*)”.

Segundo Simmel, o *status nascendi* da sociedade (como assinala Frédéric Vandenberghe) residiria nos processos de interação microsociológicos através dos quais se constituem associações (ou “sociedades”), não bastando apenas interagir (através de condicionamentos recíprocos), pois “é preciso ainda que os indivíduos em interação ‘uns com, para e contra os outros’ formem, de alguma maneira, uma ‘unidade’, uma ‘sociedade’ e estejam conscientes disso”.

Nesse quadro, um dos conceitos que permitem aprofundar a compreensão do modo como se organiza a sociedade através de uma associação básica é justamente o de *sociabilidade*, um tipo ideal entendido como o “social puro”, forma lúdica arquetípica de toda a socialização humana, sem quaisquer propósitos, interesses ou objetivos que a interação em si mesma, vivida em espécies de jogos, nos quais uma das regras implícitas seria atuar como se todos fossem iguais. Uma prática que a exemplifica seria a *coquetterie*,

forma lúdica de erotismo, na qual um jogo feminino *entre* oferecimento e recusa (uma modalidade da oposição básica entre proximidade e distância, como se verá adiante) produz, sem que se detenha totalmente em qualquer uma das possibilidades, certas condições do estar junto, pressupondo-se a partilha das regras de tal jogo simbólico por parte do universo masculino.

Uma distinção significativa na obra de Simmel, entre forma e conteúdo, clarifica-se noutra modalidade básica de sociabilidade, a *conversação* (principalmente a despida de fins práticos), cujo conteúdo não é o propósito (embora a conversa não deva ser desinteressante), mas o meio pelo qual o vínculo social se mantém enquanto forma (independente, portanto, das mudanças fáceis e rápidas de assunto). Assim, através das trocas de palavras, os participantes zelam pela relação em curso, por meio de regras de amabilidade e etiqueta voltadas à circunscrição de qualquer exacerbação das individualidades. A respeito da conversação, o sociólogo Erving Goffman (1922-82) — que aprofundou várias idéias de Simmel na condição de etnógrafo urbano, como se auto-denominava — teria comentado que a felicidade ocorre quando os indivíduos se envolvem momentaneamente em tal comunhão mutuamente alimentada, embora num estado frágil e precário que ameaça, a qualquer instante, pender para o seu contrário.

Decorre daí, como já dito, uma característica marcante do social (em suas diversas modalidades possíveis), que as formas de sociabilidade tipificam de modo mais evidente: as ações de reciprocidade consciente entre os indivíduos, ainda

mais porque, como lembra Levine, para Simmel, não há coisa ou evento que tenha um significado intrínseco ou fixo, mas que emerge apenas através da interação com outras coisas ou eventos.

Tais temas nos remetem à necessidade de contrapontos concisos das propostas de Simmel com a escola sociológica francesa, a começar por Émile Durkheim (1858-1917), fundador da sociologia, com quem o autor estabeleceu relações envolvendo a institucionalização da disciplina, num campo marcado por alianças e rivalidades. Simmel mostrou-se contrário ao holismo durkheimiano, assinalado pela proeminência do social sobre o individual, embora tampouco fosse adepto de um individualismo atomista — para o autor, a sociedade não é composta apenas por indivíduos, e sim por indivíduos *em* interação. Segundo Raymond Boudon, Simmel teria se inclinado para uma espécie de individualismo *metodológico*, do qual seria um dos precursores, em que a sociedade seria proveniente de configurações mutáveis, decorrentes das influências recíprocas entre os atores sociais. Mas mesmo essa última posição pode ser relativizada, se levarmos em conta que o individualismo metodológico pressupõe, de um modo geral, um comportamento continuamente racional e instrumental, distinto do que vem sendo, até aqui, enfatizado sobre a obra de Simmel. Para Vandenberghe, faria mais sentido falar em “relacionismo ontológico”, no qual nem sociedade nem indivíduo como tais seriam reais, a não ser por suas implicações recíprocas.

Como, para Simmel, as diferentes formas de sociabilidade remetem, portanto, à noção de ação recíproca, é inevi-

tável contrapor, pontualmente, seus escritos com os de Marcel Mauss (1872-1950), autor das reflexões clássicas sobre o conceito de dádiva, trocas regidas pelo princípio básico da reciprocidade, através das quais se fundamentam, relationalmente, o social e o próprio humano. Segundo a interpretação de Aldo Haesler, uma das diferenças residiria na sutileza com relação àquilo que Mauss teria cunhado como os passos constitutivos das relações de reciprocidade — dar, receber e retribuir objetos (envolvendo um conjunto contínuo de obrigações de status, sanções espirituais etc.). De certo modo, para Simmel a dádiva visaria a não separação, e os objetos que lhe servem de intermediários seriam dotados de um caráter acessório (uma espécie de suporte ocasional da intenção do compromisso social), idéias até esse ponto em consonância com Mauss. Todavia, segundo suas idéias, quanto mais irrisória e mínima se torna a dádiva em termos processuais (enquanto mediação objetiva), mais forte e pessoal seria o estabelecimento do vínculo social propriamente dito.

Finalmente, como aponta Joseph, pode-se pensar nas aproximações e distanciamentos entre Simmel e Claude Lévi-Strauss — levando em conta, aqui, os princípios inconscientes de reciprocidade formulados pelo último, como fundamento das trocas simbólicas (de mulheres, linguagem e bens econômicos). Se entre ambos há em comum uma ênfase nas formas elementares da troca social (com maior enfoque na troca do que nos atores que trocam), no estruturalismo levistraussiano encontraríamos, de um modo ge-

ral, o pressuposto de um sistema de referências e de crenças comuns, que no caso de Simmel se traduz em relações de consistência situada, em torno de regiões específicas de significação, com regras de pertinência que circunscrevem tais interações sociais. Isso é o que permite afirmar, portanto, que na perspectiva simmeliana não há uma sociedade “como tal”, mas um movimento constante que aproxima ou separa constelações constituídas.

Para finalizar, ainda que em Simmel as formas de sociabilidade constituam uma esfera marcada pela suspensão momentânea de posições sociais, paradoxalmente as mesmas também permitem uma leitura na direção da formação de círculos “intraclassistas”, implícitos na idéia de que tais relações só poderiam efetivamente transcorrer no interior de um estrato ou segmento social, tornando-se insuportáveis ou dolorosas quando vividas entre membros de classes sociais distintas, já que pressupõem um mínimo de valores (ou “capital cultural”) compartilhados. Nesse caso, a qualidade de ser praticada ou jogada “entre iguais” desliza (ou oscila, se quiserem) entre uma construção artificial e uma condição prévia. Embora entrando no difícil terreno das relações entre a vida do autor, o contexto social e sua obra, isso talvez se relacione, como mostra Waizbort, com a presença regular do próprio Simmel em vários salões burgueses da época — que significavam então o lugar de se “estar em sociedade”, para a conversação sobre temas literários, políticos e artísticos, circunscritos pela predominância de uma “cultura feminina” —, que estariam então se extinguindo,

mas aos quais Simmel teria permanecido ambigualmente atado, e que teriam inspirado significativamente algumas de suas formulações teóricas.

Cidade moderna: proximidade e distância

Se o tema da interação social inspira-se em grande medida no conceito de sociabilidade formulado por Simmel, há no autor outra contribuição relevante (e anterior à mesma) que, como mostra Waizbort, revela uma dimensão não menos significativa que pauta parte da experiência dos habitantes das *grandes cidades*, locais privilegiados da *realização do moderno: a relação entre proximidade corporal e distância espiritual*, personificada no *comportamento blasé*. Como será observado, são reflexões que, de certo modo, dão maior contorno à discussão até aqui realizada, bem como abrem indagações específicas sobre a vida urbana, pois como lembra Carlos Fortuna, “a cidade de Simmel, tanto a cidade histórica como a metrópole, na sua plenitude, constitui-se em categoria alegórica da sociedade mais ampla”.

Sinteticamente falando, e prosseguindo com Waizbort, em Simmel, o moderno enquanto processo descontínuo, matizado e concomitante a processos não modernos, diz respeito, sobretudo, à difusão ampliada da economia monetária. O dinheiro, neste sentido, é o signo por excelência da modernidade, equivalente universal que converte qualidade em quantidade, daí seu caráter indiferente, que ao mesmo tempo aproxima e afasta, alarga círculos sociais e os torna

dele dependentes, circula sem parar e, ao mesmo tempo, é o ponto fixo em torno do qual homens e objetos orbitam continuamente. O dinheiro afina o entendimento e propicia o aplainamento de sentimentos, estabelecendo marcas indeléveis do estilo de vida moderno: objetividade, exatidão, calculabilidade, pontualidade, praticidade e padronização.

A cidade grande e moderna, como a Berlim do *fin-de-siècle*, na qual viveu o autor, definida então por um crescimento vertiginoso, é o espaço por excelência dos princípios ordenadores da racionalidade capitalista, o que reverbera na subjetividade de seus habitantes, como mostra Simmel no clássico “As grandes cidades e a vida do espírito” (1903). Expostos a incessantes estímulos e à exatidão calculista da vida prática, os indivíduos situam-se entre o anonimato e uma multiplicidade de papéis em diferentes círculos, momentos e situações; e dentro dessa polaridade se desenvolve, como uma espécie de defesa psíquica, o *caráter blasé* — reservado, insensível, *indiferente* (cuja analogia à indiferença produzida pela economia monetária é frisada pelo próprio autor, tornando-se, assim, um princípio constitutivo).

Decorre daí outra característica cotidiana da vida social entre estranhos nas metrópoles modernas: a relação ambígua entre proximidade corporal e distância espiritual — relida como proximidade física e distância social, pela Escola de Chicago —, visível antes de tudo na própria configuração urbana da época: a multidão nas ruas e bulevares, a concentração habitacional, o uso dos novos transportes coletivos, bem como nos inúmeros espaços de contato em distintas situações, onde as formas de sociabilidade se revestem de

importância, por representarem uma dimensão de interação decisiva, num contexto moderno potencialmente libertador, mas simultaneamente labiríntico e objetivado.

A obra multifacetada de Simmel permitiria outras incursões significativas sobre a cidade moderna, bem como sobre o caráter de relações sociais que se dão nas mesmas, com ressonâncias em abordagens posteriores. Para os objetivos do presente livro, e finalizando esta parte, basta mencionar duas delas, diretamente ligadas ao que foi exposto até o presente. A primeira é a noção do *indivíduo* como *ponto privilegiado de cruzamento dos círculos sociais*, como indica Waizbort, decorrente do fato de a cidade moderna representar a confluência histórica do individualismo quantitativo (referente à livre concorrência liberal do século XVIII) com o individualismo qualitativo (relativo à divisão do trabalho instaurada no século XIX), cujo alargamento das redes de relações transforma o indivíduo em pólo de tensões e relações. A segunda está presente em seu ensaio sobre a figura do *estrangeiro* ou *estranho* (personificada no viajante, uma representação próxima, em certos aspectos, à do próprio antropólogo), enquanto uma forma específica de *interação que sintetiza proximidade e distância*. Marcado pela mobilidade, entra em contato, por certo período, com um grupo, porém sem vínculos orgânicos de parentesco, localidade ou ocupação; tal proporção peculiar entre proximidade e distância garante ao estrangeiro certa objetividade, que não é idêntica à não-participação, mas é um tipo específico da mesma. Além das decorrências antropológicas evidentes, pode-se dizer que tal ensaio teria antecipado, segundo Van-

denbherge, uma nova geografia social e cultural dos lugares ao abordar temas ali implícitos, como a construção de fronteiras e as relações entre grupos de distintas origens étnicas, ou entre fixação e movimento espacial.

Escola de Chicago: espacialização do social

O conceito de sociabilidade foi relido (ou re-significado) pela Escola de Chicago, pioneira na prática etnográfica voltada ao contexto urbano (num âmbito inicialmente sociológico) e a primeira, segundo Cuin & Gresle, a tomar a cidade como laboratório de análise da mudança social e a formular uma “concepção ‘espacializada’ do social e, reciprocamente, socializada do espaço”. Não se almeja, neste livro, mapear todas as influências de Simmel, que, relidas no contexto dessa escola, vieram a se tornar pautas de pesquisa. Trata-se mais de estabelecer certas trilhas de reflexão, dentro das quais as cidades e suas relações sociais foram tematizadas. A entrada em cena da Escola de Chicago pode ser entendida por óticas distintas, cabendo aqui apontá-las resumidamente, tendo em vista o mapeamento da trajetória de certos conceitos-chave.

Uma idéia realçada por Mário Eufrasio é a de que, com o advento da Escola de Chicago, o conceito de sociabilidade teria adquirido uma abordagem eminentemente empírica, “entendida como uma consideração dos modos, padrões e formas de relacionamento social concreto em contextos ou círculos de interação e convívio social”. Um de seus princi-

pais fundadores, Robert Park (1864-1944), que passou um período como aluno de Simmel na Alemanha, propunha uma reflexão sobre a cidade a partir de duas dimensões constitutivas: uma organização física e uma ordem moral, com a nítida preocupação, portanto, de circunscrever espacialidades ou territorialidades específicas onde tais relações teriam lugar.

As conexões estabelecidas por Simmel entre sociabilidade e cidade moderna vieram assim a adquirir contornos, digamos, mais concretos — como convivência, interação, socialização e associação — e localização espacial mais precisa. Eis alguns estudos recorrentes nessa chave: relações de vizinhança, principalmente em bairros residenciais marcados por caráter comunitário, com tradições históricas próprias; relações entre grupos de interesse, tipos vocacionais ou grupos étnicos, em regiões mais centrais e por vezes “decadentes”, assinaladas por Park como “regiões morais” (conceito inspirado em Simmel e Durkheim, que gerou estudos como os sobre áreas urbanas caracterizadas por determinadas práticas ou opções sexuais “desviantes”), ou então, ainda, interações entre múltiplos grupos, tais como as que ocorrem em espaços públicos definidos por forte diversidade de freqüentadores.

Há autores que se opõem a tal utilização conceitual, como Waizbort, sob o argumento de que a concepção de cidade moderna de Simmel, baseada na confluência da filosofia da cultura e da teoria do moderno, teria sido perdida pelas demarcações disciplinares posteriores da sociologia ou antropologia urbanas. Todavia, dentre as possíveis de-

corrências de tal posição estariam, de certo modo, a de fixar-mo-nos apenas em Simmel (por mais brilhante que seja) e não avançarmos num campo significativo das ciências sociais (dada a relação ambígua do mesmo com tal campo), caracterizado pela construção de determinados objetos e métodos específicos de análise. Por outro lado, é óbvio que cabe uma atenção especial (como propõe Levine) ao modo como Park incorporou e difundiu, de forma eclética, as idéias de Simmel, cuja influência durkheimiana levou o primeiro, metodologicamente, a enfatizar focos empíricos em coletividades concretas (mais do que em tipos analiticamente abstratos de interação social) e a buscar identificar socializações marcadas pelo consenso (mais do que a idéia de que os fatos sociais sejam baseados em dualismos). Em suma, em termos tipológicos, a sociologia de Park seria “concreta”, “dinâmica” e “orientada para o consenso social”, enquanto a de Simmel, “abstrata”, “estrutural” e “voltada para o dualismo sociológico”.

Outra questão a merecer atenção é o peso da dimensão espacial nas relações sociais. Ao estabelecer articulações entre espaço e regiões morais, Park teria consolidado noções recorrentes sobre a dimensão urbana, como se constata no seguinte trecho de seus escritos (com grifos meus):

Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que fazem da *cidade* um *mosaico de pequenos mundos* que se tocam, mas não se interpenetram. Isso possibilita que *indivíduos* passem rápida e facilmente de um meio para outro, e encoraja o experimento fascinante, mas perigoso,

de viver ao mesmo tempo em vários e diferentes mundos contíguos, mas amplamente separados.

Traços dessa perspectiva estiveram presentes no estudo de Harvey Zorbaugh (1896-1965) sobre o Lower North Side de Chicago — região próxima ao centro da cidade, marcada por fortes contrastes — através do enfoque de seis áreas, próximas geograficamente, porém distintas socialmente, com formas de sociabilidade e potenciais de coesão diferenciados: a Gold Coast (freqüentada pela elite de Chicago, com vários códigos de hierarquia de estilo); uma região de “casas de cômodos” (mais pobre, com maior anonimato e isolamento entre os moradores); o “bairro boêmio” (cuja atmosfera intelectual e artística atraía minorias sexuais ou tipos humanos como casais em co-habitação sem casamento); uma “área deteriorada, com negócios e divertimentos” (com *dancing halls* e cabarés que atraíam um público variado de trabalhadores, *shopgirls*, prostitutas e membros de gangues, com calçadas tomadas por camelôs e mendigos); uma “região de cortiços” (com o predomínio de trabalhadores de rendas modestas e ponto de passagem ou transição, tal como a área das casas de cômodos); e Little Sicily (com uma coesão entre imigrantes italianos mais clara e pronunciada em comparação às outras áreas, redês mafiosas e maior controle sobre o universo feminino). Segundo Ulf Hannerz, tal estudo ajudou a evidenciar o fracasso de associações que tentavam criar, simbolicamente, uma única comunidade no local, embora tenha faltado conectar tais partes num todo mais abrangente — o que talvez tivesse

sido possível através da reconstituição de “relações de fronteira” entre tais mundos, ou por meio do já mencionado enfoque de atores sociais que transitassem significativamente entre os mesmos.

Uma das críticas a tal perspectiva espacializada, formulada por Park e Ernest Burgess (1886-1966), é de que estaria embasada, segundo Eufrasio, na polêmica idéia de uma *ecologia humana* — inspirada numa concepção darwinista de processos oriundos das ciências naturais, que pressupõe várias formas de interação social. Nessa perspectiva, a competição entre indivíduos ou grupos de indivíduos pela sobrevivência e pelo espaço ocupa um lugar central. O mesmo autor mostra, entretanto, que a interpretação ecológica esteve presente apenas na gênese da teoria da estrutura urbana da Escola de Chicago, sendo falacioso repudiar esta última e alijar a dimensão espacial da investigação sociológica com base num suposto vínculo intrínseco entre organização espacial da cidade e interpretação ecológica. Além do mais, os resultados das abordagens empíricas interpelavam constantemente as próprias concepções teórico-conceituais ecológicas, sobretudo quanto ao ponto de vista mais geral e contestável de uma “organização espacial da cidade como resultado de processos não-sociais, impessoais e inconscientes de competição e luta pelo sustento”. Como pontua Hannerz, a ecologia humana representou, principalmente, um procedimento *a priori* que situou territorialmente certos fenômenos, cujo enfoque etnográfico veio a revelar aspectos culturais e humanos mais relevantes, ainda que em alguns casos a dimensão espacial permanecesse importante. De

todo modo, o referencial ecológico auxiliou a desenvolver um sentido de lugar (*sense of place*), mas com uma margem de ambigüidade, pois se a cidade constitui um fenômeno territorial, é sempre um desafio avaliar a extensão antropológica do mesmo, devido à significativa mobilidade espacial dos atores sociais.

Numa linha distinta de argumentação, Joseph — que integrou um grupo de pesquisadores franceses que vem retomando criticamente a Escola de Chicago, com vistas principalmente à interpretação de fenômenos urbanos decorrentes da presença de vários grupos étnicos no espaço urbano parisiense — pondera que o uso do tema da ecologia pela Escola de Chicago teria sido polêmico num bom sentido, como resposta a certa literatura eugenista e antiurbana da época. O autor frisa, todavia, que a cidade não seria apenas um mosaico de territórios, já que pautada por relações entre duas ou mais populações num mesmo meio ou sistema de atividades, presentes em fenômenos, como a economia da mobilidade residencial, problemas sociais de co-habitação residencial ou de co-presença no espaço público. Nesse sentido, Joseph afirma que a cidade põe em contato sociedades heterogêneas, num espaço diferenciado, lembrando que a ecologia, segundo Park, remetêria principalmente à “descrição de constelações típicas de pessoas e instituições em uma área de *habitat* humano e das forças que convergem para produzir essas constelações” (como os transportes, os jornais e a publicidade, os elevadores e o telefone).

Sociabilidade: (re)leituras e desdobramentos possíveis

Ao longo do século XX, o conceito de sociabilidade passou a ter usos e significados cada vez mais abrangentes, referindo-se a esferas, como relações cotidianas ou familiares, costumes, festas e rituais, encontros etc. Num dado plano de interações, *tudo* pode ser sociabilidade, como alerta Gilberto Velho — e nesse sentido, *nada*, na medida em que o conceito pode vir a exaurir sua força explicativa. Daí uma contribuição especial da antropologia, como aponta o autor, visto que a prática etnográfica lida com pessoas através da própria interação e descreve regras e princípios constitutivos de relações cotidianas — bem como, pode-se acrescentar, realiza reflexões sistemáticas sobre os termos e as decorrências de tais interações com seus atores pesquisados, o que incide nos próprios escritos etnográficos.

Tendo em vista o caminho percorrido até aqui, ou seja, buscando estabelecer nexos da trajetória do conceito de sociabilidade criado por Simmel, retomado pela Escola de Chicago, e, posteriormente, relido por outras disciplinas (principalmente pela antropologia), é possível sugerir, apesar da simplificação decorrente, pelo menos duas tipologias básicas, obviamente sem a pretensão de abarcar ou enfeixar as correntes existentes, ou de defendê-las como abordagens que excluam outras possibilidades.

A *primeira leitura* adviria das formas de sociabilidade enquanto possibilidades de construção temporária do próprio social entre estranhos ou atores sociais de condições

diversas, em que a interação em si constituiria o principal intuito. Talvez o autor mais próximo de tal perspectiva seja Goffman, de uma geração posterior da Escola de Chicago, ligada ao interacionismo simbólico. Autor que, como afirma Velho, enfrentou ao longo de toda a sua obra a problemática da sociabilidade e da microsociologia — cujos objetos, lembra Joseph, são usos, arranjos e procedimentos constantemente emergentes, em relação aos quais os indivíduos se posicionam de forma permanente, ao longo das próprias relações de interação.

Apesar de Goffman ter analisado um conjunto variado de contextos, incluindo as chamadas instituições totais (razoavelmente fechadas com relação à exterioridade), trata-se, aqui, de destacar, como fez o mesmo, o já aludido tema da co-presença no espaço público. Dentre os fenômenos assinaláveis, teve na Escola de Chicago uma forte ênfase a relação *entre* grupos imigrantes de distintas procedências, embora tal campo (hoje abrangido pela temática da etnicidade) possa envolver outras demarcações de diferença entre atores sociais — como classe, gênero, estilos de vida, “raça” etc. Um dos desafios reside na delimitação dos lugares que, em termos espaciais, permitam a visibilidade desses vários tipos de interação social, onde as mesmas potencialmente se intensificariam. Nesse caso, cabe atentar aos espaços urbanos para onde costumam afluir diferentes grupos.

Em minha pesquisa antropológica sobre distintos shopping centers de São Paulo — entendendo-os não apenas como locais de prática de consumo, mas também de lazer que envolve sociabilidade —, procurei enfatizar, em tal

contexto, as relações de sociabilidade como espécies de espaços comunicacionais, onde, através da interação entre grupos, redes e indivíduos, se definem e redefinem simbolicamente certas diferenças socioculturais. Embora em tais locais (de acesso público, mas com regras privadas) ocorressem muitas formas de interação ocasionais e efêmeras, a etnografia levou-me a desenvolver atenção especial aos usos por parte de grupos juvenis, que ali permanecem por mais tempo e que articulam, de forma mais recorrente, várias redes de relações. Em termos tipológicos, constatou-se desde redes juvenis assentadas na seletividade de consumo e pertencimento, definindo um rol mais restrito de participantes, onde se desenvolviam “relações entre iguais” (com base na posse do mesmo capital cultural), até outros casos (principalmente em shoppings direcionados para certa massificação), onde predominavam códigos de interação entre grupos de jovens provenientes de distintos bairros, situados em diferentes posições socioculturais, o que por vezes culminava em pequenos conflitos intergrupais. Mais recentemente, homossexuais e estudantes secundaristas favoráveis à política de cotas têm feito de shoppings de São Paulo e do Rio de Janeiro espaços de sociabilidade e de ampliação de direitos, dentro do ideário das “políticas da diferença”.

Numa outra perspectiva, porém, parte da motivação das próprias práticas de consumo, como as que ocorrem nos shoppings — onde predominam as compras ligadas ao vestuário — tem a ver com relações de interação e de reciprocidade que, evidentemente, transcendem àquele espaço es-

pecífico. Como bem mostram Mary Douglas & Baron Isherwood, a posse de bens (além de práticas como as voltadas ao embelezamento corporal), muitas vezes, envolve “serviços de marcação”, entendidos como categorias de classificação que fazem parte dos “rituais de consumo”, espécies de “mapas da integração social” (por certo, limitada e restritiva) que se articulam através de “trocas rituais”, estabelecidas em ocasiões, como casamentos, festas, almoços ou jantares, visitas a doentes ou funerais (cada uma delas envolvendo gastos para a marcação apropriada da situação).

Ainda no campo da co-presença no espaço público, cabe sublinhar desdobramentos relevantes que dizem respeito, com base no que foi discutido até aqui, ao princípio constitutivo das oscilações entre proximidade e distância, sobretudo quanto às formas de relações entre estranhos em locais assinalados pela intensificação da frequência de usuários, tal como ocorre, há muito, nas áreas urbanas mais centrais (em alguns casos, desde pelo menos o final do século XIX). Tal questão propicia uma abordagem crítica da noção de *diversidade* que, embora fundamental na história da antropologia, tem nos estudos urbanos uma origem distinta, cabendo apontá-la sucintamente.

Tal conceito — mais precisamente o de diversidade urbana — foi colocado em evidência pela escritora e ativista Jane Jacobs (1916-2006), no início da década de 1960, quando de sua crítica contundente aos resultados de intervenções urbanísticas monumentais inspiradas no modernismo, que, segundo ela, vinham causando a desertificação dos espaços públicos (basta pensarmos, no Brasil, o caso modernista

mais radical: a cidade de Brasília). Em tal libelo, a autora se baseou consideravelmente na vida cotidiana das ruas de Greenwich Village, bairro nova-iorquino onde morava e circulava, para defender a vitalidade das ruas modernas, definidas pela convivência envolvendo justamente uma grande diversidade de tipos humanos, tornada possível por certo sentido comunitário existente, o que faria com que uma “sucessão de olhares” zelasse pela liberdade, mas também por certa ordem e segurança, instauradas informalmente, não institucionalmente (daí a metáfora de um “balé complexo da calçada urbana”). Sua defesa centrada numa determinada concepção de rua moderna — com forte dinamismo, mas articulada a relações de vizinhança consistentes — voltava-se contra a visão modernista de Le Corbusier e de seus seguidores, cujo ensejo era justamente a “morte às ruas”, transformando-as, basicamente, em “máquinas de circulação”.

No Brasil, uma parceria entre o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos — com forte interesse em questões populares e sob influência de Jane Jacobs quanto a intervenções arquitetônicas atentas ao tema da diversidade — e os antropólogos Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello gerou uma instigante abordagem sobre o bairro do Catumbi, localizado na zona norte carioca. Uma etnografia do uso de suas ruas revelou vários princípios de diversidade, presentes tanto nas atividades disponíveis principalmente aos moradores (negócios, trabalhos, serviços, cultos e lazer) quanto nos usos cotidianos das calçadas e equipamentos por distintos grupos (masculino/feminino, adulto/infantil),

com destaque para o modo como os residentes e usuários lidam com aqueles considerados “estranhos”. Essas representações baseiam-se numa espécie de “comunidade moral das ruas”, formada por quem “tem tempo no bairro”, o que produz tanto a já citada vigilância de olhares, quanto certas “personalidades públicas vocacionais”, capazes de representar os interesses locais em instâncias mais amplas e, também, administrar informalmente eventuais conflitos ocorridos nas ruas, sobretudo, aqueles que adquirem uma dimensão dramática e exigem uma mediação marcada pela habilidade política. Embora tais práticas revelem modos significativos pelos quais tal população se apropria e, ao mesmo tempo, instaura o próprio bairro, as mesmas não devem ser tomadas necessariamente como modelo acabado de referência, principalmente porque, como mostra o caso estudado, não se interessam por incorporar moradores mais recentes — parte deles mais vulnerável e vivendo em áreas precárias ou invadidas — em tais redes de relação.

Esse último tema, diga-se de passagem, foi fixado numa etnografia já clássica de Norbert Elias (1897-1990) que, em parceria com John Scotson, reconstituiu uma localidade inglesa separada simbolicamente por dois grupos, embora sem nítidas diferenças de classe social, inserção profissional ou origem étnica. Isso ocorria, basicamente, porque redes tradicionais de solidariedade — formadas por relações de vizinhança e recriadas em associações locais, clubes e igrejas — definiam uma hierarquia classificatória que excluía os moradores mais recentes, menos coesos entre si e estigmatizados como “forasteiros”. Elias, por sinal, é outro autor que

dedicou especial atenção ao tema do espaço relacional, entendido, segundo Natalie Heinich, como “o sistema de coordenadas que definem a situação dos seres, uns em relação aos outros, em um dado momento do tempo”, o que o levou ao conceito de *configuração*, que designa qualquer situação concreta de interdependência em relações de interação, incluindo relações de dominação intrínsecas às mesmas.

De toda forma, para concluir esse primeiro caminho, há também que se atentar para o modo como a noção de diversidade vem sendo re-significada pelas recentes políticas de revitalização ou requalificação de áreas centrais, em curso em várias metrópoles brasileiras. As mesmas se inspiram parcialmente em casos norte-americanos e europeus, nos quais grupos de moradores de classes média e alta conseguiram, com distintos graus de intervenção do poder público, se apropriar de quarteirões de bairros centrais antes marcadamente populares e imprimir novos usos, instituindo formas particulares de interação nas ruas com base na representação de uma diversidade limitada (baseada aqui principalmente em termos socioeconômicos), fenômeno esse cunhado de *gentrification*, que não será aqui aprofundado. No Brasil, casos como o Pelourinho (Salvador) e o bairro do Recife são considerados emblemáticos, sendo que, em São Paulo, os gestores de políticas voltadas a tal tipo de intervenção, adaptadas às condições locais, vêm se utilizando discursivamente da noção de diversidade para combater a suposta homogeneidade de áreas marcadas apenas pela pobreza (invertendo um uso costumeiro, que diz respeito à ampliação de grupos constitutivos, e não à sua restrição),

revelando versões elitistas do que seja diversidade, bem como espaço público, cuja trajetória de construção de tais matrizes discursivas cabe efetivamente reconstituir.

Retomando o início dessa parte, uma *segunda leitura* possível do tema da sociabilidade adviria, por sua vez, de sua já mencionada qualidade “intraclassista”, implícita em Simmel, ligada à idéia de que tais relações seriam praticadas principalmente entre “iguais”. Isso teria levado à ênfase posterior em pesquisas sobre espaços sociais circunscritos onde predominariam condição social, valores e sentidos de certo modo compartilhados; em outras palavras, talvez tenha resultado no enfoque empírico em bairros residenciais marcados por determinada homogeneidade, onde haveria uma significativa *articulação* entre *sociabilidade* e *vizinhança* ou *comunidade*. Trata-se, inclusive, de algo já presente ou implícito nos últimos casos analisados, embora a ênfase anterior fosse, tipologicamente, nas *interações entre diferentes ou estranhos*, enquanto aqui, *entre indivíduos que se conhecem ou interagem regularmente*.

Um dos pressupostos seria a coesão comunitária produzida principalmente pelos vários grupos de imigrantes que afluíram para Chicago na passagem do século XIX para o XX — irlandeses, alemães, judeus da Europa Oriental, poloneses, italianos — e que estabeleceram, permanente ou provisoriamente, relações de reciprocidade, assentadas em localidades específicas. Ainda que tal característica advenha de um fragmento conceitual de Simmel, ela, de certa forma, se afasta de outras noções caras ao próprio autor, ao adquirir uma qualidade regular ou recorrente, já que vimos como ele

ressaltava que as formas de sociabilidade teriam um aspecto mais episódico e fugidio, bem como não teriam fins instrumentais (ainda que, de um ponto de vista genérico, as relações de vizinhança também possam ser pautadas por um jogo de proximidade e distância, ou apenas de anonimato). Nessa linha de argumentação, tal noção de sociabilidade realmente se aproximaria da já citada proposta de Park de relações embasadas em consensos, além de conter finalidades práticas, principalmente quando envolvendo grupos caracterizados por carências materiais (como, por exemplo, a necessidade de reforçar laços de ajuda mútua entre participantes da mesma identidade étnica, ou então, aquelas que envolvem práticas políticas entre moradores marcados por vulnerabilidades comuns).

Tal enfoque se fixou, com relação aos contextos urbanos — com prós e contras decorrentes —, a partir da etnografia de Louis Wirth (1897-1952) sobre o tema do gueto, em sua investigação do modo pelo qual os judeus vindos do Leste europeu se congregavam social e espacialmente em Chicago, tomando como contraponto histórico alguns guetos judeus de tal região européia (onde foram alvo de maior segregação), procurando apreender a formação de um ethos comunitário entre os mesmos, com uma vida social regular embasada na condição conterrânea, no uso do iídiche como idioma comum, em redes de ajuda mútua e nas práticas religiosas (numa experiência distinta de judeus alemães, mais rapidamente integrados à sociedade norte-americana). Tais dados enfatizavam, como afirma Hannerz, uma homogeneidade interna que se contrapunha à hipótese da

“desorganização social”. Posteriormente, entretanto, tal enfoque se mostrou mais apropriado para o tema do enclave étnico, pois tais grupos estudados por Wirth não eram submetidos a uma segregação, como foram, involuntariamente, os negros norte-americanos, vindos de áreas rurais, que habitavam áreas urbanas marginalizadas e passaram a ser entendidos como aqueles realmente submetidos a uma guetização, com a redefinição das perspectivas de análise. Desse modo, o enclave se definiria, segundo Peter Marcuse, com base num caráter étnico voluntário de segregação, ao contrário dos guetos propriamente ditos, que teriam uma formação involuntária, e assim atribuídos a áreas específicas de várias cidades norte-americanas ocupadas majoritariamente pelos negros das classes trabalhadoras.

O tema da segregação socioespacial, fixado pelos trabalhos acima mencionados, é vasto e não será aprofundado, cabendo apenas comentar tópicos que merecem atenção quanto à polissemia que se reveste a noção de gueto, cujo uso crescente tem feito com que se perca boa parte de seu caráter explicativo. Uma das contribuições para uma maior precisão conceitual vem de Loïc Wacquant, que realizou uma pesquisa etnográfica num gueto negro de Chicago. Uma das estratégias utilizadas foi ele mesmo se tornar um boxeador numa academia do bairro, cujas regras constitutivas iluminavam por inversão, segundo o autor, o contexto local, marcado pela ausência de oportunidades e pelas imposições de redes de tráfico de drogas. Em tal abordagem, o autor encarava a academia não só como local de forte disciplina corporal, mas também de prática de uma “socia-

bilidade protegida”, propiciada a partir de um código tácito entre os participantes de que status, problemas e obrigações deveriam ser “deixados na porta”, como se um pacto de não-agressão governasse as relações interpessoais, numa espécie de trégua para com as pressões das ruas e do gueto. Embora em outro artigo Wacquant ressalte que os guetos, tais como o estudado, são marcados por uma racionalidade local e regular, opondo-se às visões de desorganização atribuídas aos mesmos (visão essa também combatida por estudos da Escola de Chicago), em sua abordagem sobre a academia de boxe, tendia a apresentar tal espaço como de uma “ordem” que se opunha, de certo modo, à “desordem” do bairro, ficando uma interrogação quanto ao alcance da inversão proposta pelo autor.

Avançando, é importante também frisar que Wacquant voltou-se à análise comparativa de outros bairros marcados pela marginalidade e segregação, como no caso do *banlieue* (subúrbio) parisiense de La Courneuve, cujos traços socio-culturais aparentemente o aproximariam dos guetos norte-americanos, embora sua abordagem criteriosa tenha demonstrado que, apesar do agravamento das condições de vida local, a (des)qualificação de gueto a tal espaço se explicaria em boa parte pela articulação entre discursos de uma imprensa interessada em abordagens catastróficas para aumento das tiragens, de agentes públicos ou de ONGs empenhados em acirrar uma visão dramática sobre tais locais — à busca de prioridade para implementação de programas sociais ou captação de recursos — e, por fim, de pesquisadores ou intelectuais que equivocada ou estrategicamente

transformam uma metáfora num conceito, para a análise de tais contextos.

A noção de gueto, entretanto, vem sendo crescentemente acionada por grupos juvenis situados em tais áreas mais segregadas, tornando-se, no plano das representações, uma espécie de *categoria relacional* entre “mundos” distintos — o que nos afasta de relações *intra*bairros até há pouco focalizadas, na direção das *inter*bairros —, espécies de novas modalidades de proximidade e distância no espaço público, mesmo que isso não se traduza necessariamente em interações face a face, em espaços urbanos específicos. Nesses casos, inclusive, as mesmas podem se tornar uma relação *contra* o outro, ou relações de conflito. O contexto do *banlieue* parisiense pode novamente servir de exemplo: Michel Agier mostra como foram inicialmente concebidos no pós-guerra como espaços da utopia urbanística de uma *mixité* social (palavra francesa que, resumidamente, significa uma expectativa de mistura de indivíduos em condições de igualdade, sem a delimitação de quaisquer diferenças, dentro do ideário republicano daquele país, ou seja, um *horizonte de proximidade sem distância*). Posteriormente, foram ocupados principalmente pelas classes trabalhadoras, instaurando-se uma primeira demarcação simbólica. Uma segunda clivagem se estabeleceu em tais subúrbios a partir da década de 1970, através da combinação entre desindustrialização, desemprego estrutural e aumento da imigração de africanos e árabes, o que levou aos poucos a outra representação estigmatizada de tais bairros como espaços étnicos. Nestes bairros, vários grupos juvenis têm recentemente enfrentado, do

ponto de vista cultural, tais estigmas, obtendo visibilidade pública através da produção de representações estéticas que dão novos contornos ao funk, ao reggae, ao rap, além de práticas de *bricolage* entre tais gêneros.

Ocorre que conflitos violentos também têm acontecido em tais áreas, como os havidos durante 2005 (cujas dinâmicas políticas de protesto ainda merecem melhor compreensão), quando milhares de automóveis foram incendiados nos subúrbios ao longo de semanas. Nessas ocasiões tornaram-se mais visíveis as elaborações estéticas de rappers que invocam, em distintos graus, a representação de tais locais como guetos definidos pela violência e falta de perspectivas, bem como acirram a diferença de tais locais com relação à sociedade mais abrangente — no caso, a sociedade francesa, que não os reconheceria como cidadãos. Na senda aberta, intelectuais vêm recuperando a tese da “guetização francesa”; alguns insistem no crescimento da segregação parisiense, como Jacques Donzelot, embora essa última careça, segundo Edmond Préteceille, de bases empíricas consistentes e sistemáticas. retomando, na verdade, representações político-midiáticas dominantes, como há pouco observado. Tais fenômenos têm se reproduzido, obviamente com outras configurações, em várias metrópoles, exigindo atenção quanto ao caráter efetivamente polissêmico que essas ou outras noções adquirem, sobretudo quando produzidas por múltiplos agentes — como a de gueto, situada, no mínimo, no cruzamento entre representações nativas, produções estéticas, formulações acadêmicas, linguagens de ONGs e abordagens jornalísticas.

Isso é suficiente, por ora, para circunscrevermos questões contemporâneas relevantes que dialogam com a tradição de enfoques até aqui resumida e parcialmente reconstituída. Algumas delas serão retomadas adiante, após a abordagem de outro tema relevante na presente discussão.

Trajetórias do conceito de situação

Uma leitura atenta até aqui já teria flagrado o conceito de *situação* (ou ao menos uma noção do mesmo) implícito em passagens e entrelinhas, a começar por indagações simmelianas já tratadas — “*como a sociedade é possível?*” — ou tendo em vista que, para o autor, a sociedade significa *uma rede empírica de relações humanas, num dado tempo e espaço*. Tal conceito também esteve presente, sob distintas formas, em Goffman — que, segundo Joseph, teria desenvolvido uma espécie de *situacionismo metodológico*. Tal questão veio a ser tratada, como aponta Alain Coulon, nos estudos iniciais sobre imigrantes na Escola de Chicago, como o trabalho de William Thomas (1863-1947), que argumentou que a definição de situação por parte dos indivíduos residia num cruzamento entre a ordem social (tal como a mesma se apresenta num dado momento) e a história pessoal dos mesmos (havendo entre ambas as dimensões um conflito inerente).

De todo modo, como mostram Phillipe Poutignat & Jocelyne Streiff-Fenart ou Hannerz, há outra perspectiva teórica na qual a questão da situação e do interacionismo

adquire contornos relevantes, com conseqüências para a presente discussão. Trata-se, portanto, de aprofundar as possibilidades abertas por tal conceito com base no exame sucinto de como o mesmo foi trabalhado inicialmente pelos antropólogos britânicos, da Escola de Manchester, ligados ao Rhodes Livingstone Institute, nas pesquisas em cidades africanas do Copperbelt, entre as décadas de 1940 e 1950. Eles investigaram dinâmicas socioculturais de contextos sob rápida urbanização, que provocavam, na época, um forte desenraizamento de várias sociedades tribais, cujos estudos tiveram considerável influência posterior em áreas da antropologia urbana.

Antes de avançarmos, é importante pontuar certas diferenças do presente enfoque com relação ao anterior. Muito esquematicamente — e tocando em alguns tópicos que não foram aprofundados —, já lidamos com uma abordagem inicialmente sociológica, produtora das primeiras etnografias urbanas (assentadas inicialmente em Chicago, tendo se expandido, em seguida, para outras cidades norte e latino-americanas), que, posteriormente, ensejaram a criação de uma antropologia urbana propriamente dita. Originalmente inspirado em Simmel, tal campo também se beneficiou da influência durkheimiana, dialogando com correntes do culturalismo norte-americano (presente, por exemplo, na configuração de uma “cultura urbana”), e tendo como principal contraponto da dimensão urbana, o domínio rural. A abordagem a seguir diz respeito a um enfoque, já na raiz, antropológico (e conseqüentemente etnográfico, mas com outro tipo de relação entre teoria e pesquisa), cen-

trado num contexto marcado por outra ordem de alteridade: cidades africanas com forte crescimento populacional (mais especificamente na África Central, sob dominação colonial inglesa). Tais estudos estavam inspirados no estrutural-funcionalismo britânico de então, com forte influência durkheimiana, com vertentes que ora dialogavam com um tipo de culturalismo proposto por B. Malinowski (1884-1942), ora com a noção de estrutura social criada por A.R. Radcliffe-Brown (1881-1955), e que, finalmente, operavam com a polaridade urbano-tribal. Quanto a este último ponto, isso significava, segundo Hannerz, que eram estudadas construções identitárias e situacionais, nas quais determinados laços tribais tradicionais se enfraqueciam, mas outros eram recriados ou reinventados através de processos dinâmicos e não lineares, permitindo a tais grupos elaborações de cunho étnico, simbólico e político da nova experiência em tais cidades, à luz da criação de um *tribalismo* como evento *tipicamente urbano*.

Algo que aproximaria tal abordagem da anterior seria, segundo Poutignat & Streiff-Fenart, a perspectiva interacional, embora, nesse último caso, centrada em categorias cognitivas de classificação e categorização que operam a partir de símbolos culturais, marcadas por um dinamismo no qual as definições do *nós* e do *elês* se recompõem continuamente, em situações de mudança social produzidas por fenômenos como os de colonização, urbanização ou migrações.

É importante ressaltar a contribuição primordial de E.E. Evans-Pritchard (1902-73) a esse enfoque, a partir de duas obras referenciais. Em seu trabalho sobre os Nuer, o

autor enfocou a estrutura política segmentar daquela sociedade tribal, demonstrando a relatividade estrutural de suas construções identitárias, tendo em vista o estabelecimento de alianças e conflitos entre as aldeias, marcado por um fundamento estrutural de antagonismos equilibrados. Isso explicaria inclusive a natureza da guerra, como a travada periodicamente entre os Nuer e os Dinka, culturalmente próximos e compartilhando o mesmo território. Ou seja, Evans-Pritchard já apontava implicitamente a importância do contexto situacional na lógica das relações, no campo estrutural-funcionalista: “Este é um princípio fundamental da estrutura política nuer. Assim, uma pessoa é membro de sua tribo em relação a outras tribos, mas não é membro de sua tribo na relação que o seu segmento mantém com outros segmentos do mesmo tipo.” Outro trabalho do mesmo autor, sobre bruxaria entre os Azande, lançou, como afirma Agier, o princípio da “seleção situacional”, com base na plasticidade das crenças em virtude de situações específicas, sem uma preocupação significativa com a coerência das mesmas dentro de uma totalidade, muito embora, como lembra Eva Gillies, em tal sistema de crenças, as mesmas fossem isoladas de situações em que pudessem se chocar com as normas básicas daquela sociedade.

Com base nas referências já mencionadas, uma equipe de antropólogos ingleses realizou pesquisas sob a coordenação de Max Gluckman (1911-75), investigando sistemas pluriétnicos marcados por uma única estrutura social. No caso das sociedades africanas pesquisadas, escolher entre pertencer a uma determinada tribo ou ser trabalhador de

mina ou cidadão não constituiria uma escolha excludente, já que isso dependeria justamente da situação e interesses decorrentes em jogo. Como aponta Bela Feldman-Bianco, a análise de Gluckman na Zululândia permitiu que uma série complexa de eventos — relacionados à cerimônia de inauguração de uma ponte, envolvendo relações desiguais entre os Zulu e brancos — fosse entendida como situações sociais que incluíam as ações de indivíduos e grupos, tornando visível a estrutura social propriamente dita.

Nessa linha, cabe destacar o estudo de J. Clyde Mitchell (1918-95) sobre a dança kalela, que se tornou uma referência no estudo de fenômenos em escala interacional, ao buscar compreender o sentido da etnicidade em condições urbanas. Tais danças eram praticadas aos fins de semana em Luanshya (na antiga Rodésia, hoje Zimbábue, região do Cooperbelt) por grupos de trabalhadores não qualificados, migrantes que pertenciam originalmente a distintas sociedades tribais, a maioria homens de aproximadamente 20 anos, vestidos elegantemente nos padrões europeus, que se apresentavam para platéias heterogêneas, embora predominantemente africanas. Havia uma competição simbólica entre os grupos, cujas músicas apresentadas incluíam auto-elogios, versavam sobre aspectos da vida urbana e retomavam relações jocosas, constitutivas da vida de suas sociedades de origem (o tema, *joking relationships*, foi trabalhado originalmente por Radcliffe-Brown, no campo dos estudos de parentesco), porém elaborando novos significados, ligados àquele contexto específico. Esses paradoxos levaram o autor a investigar outras situações onde tais práticas e significados

eram acionados, como, por exemplo, nas relações cotidianas entre os trabalhadores das minas, que se baseavam, em parte, em antigas solidariedades tribais, mas que se rearranjavam frente a desafios políticos como os que levavam à necessidade de lutar por melhores salários, sindicalização etc. Isso fez com que Mitchell, no conjunto, estabelecesse diferenciações entre a estrutura tribal (marcada por um sistema específico de relações sociais) e o tribalismo (categoria de interação no interior de um sistema mais abrangente) esse último ligado à heterogeneidade da experiência urbana, que, para ele, “não reproduz as estruturas tribais, mas consiste numa distribuição mútua dos africanos urbanizados em categorias étnicas amplas que permitem aos indivíduos definir a situação e o tipo de comportamento a ser adotado uns em relação aos outros”.

Diferente da Escola de Chicago — com tendência a encarar os fenômenos migratórios (no caso, os europeus que se estabeleceram nas metrópoles norte-americanas) numa perspectiva mais assimilacionista —, a Escola de Manchester procurou entender a polaridade rural (tribal)-urbano na África, como observa Hannerz, não como um processo de mão única, mas como um fenômeno intermitente. Enfoca, em tais contextos etnográficos, o migrante como um ator social, num sentido, *destribalizado* (ao tomar posição numa estrutura urbana de relações sociais) e, outro, *desurbanizado* (ao retomar continuamente o sistema rural (tribal) e seu jogo de regras).

Nesse campo de abordagens, Abner Cohen (1921-2001) pesquisou inicialmente os negociantes nigerianos hausa

(cujo país passava por recente experiência pós-colonial) na cidade de Ibadan (definida predominantemente pela cultura yoruba). Constatou que suas identidades naquele contexto urbano guardavam relação direta com o monopólio do comércio informal do gado e da *kolanut* (extraída de sementes de árvores africanas de noz de cola), através do qual mobilizavam uma solidariedade étnica situacional, voltada, sobretudo, à realização de fins econômicos e políticos. Poucos anos depois, Cohen aprofundou-se no tema da etnicidade urbana, pois embora tal fenômeno não se restringisse às cidades, estaria dramaticamente evidente nas mesmas, devido à divisão de trabalho avançada e à intensificação da luta por recursos, como emprego, moradia ou educação. Chegou então a propor (provocativamente, segundo Poutignat & Streiff-Fenart) que os quadros profissionais da cidade de Londres seriam tão étnicos quanto os comerciantes hausa das aldeias yoruba, na medida em que também estariam organizados como um grupo de interesse, valendo-se de uma cultura comum para a obtenção e divisão de lucros, ainda que aparentassem um total individualismo em suas práticas. Mais tarde, realizou um estudo sobre o carnaval londrino, que veio a abarcar, a partir da década de 1970, uma significativa *polietnicidade*, através da qual vários grupos (principalmente migrantes caribenhos, como os de Trinidad e Tobago e da Jamaica) passaram a atuar politicamente pela obtenção de maior visibilidade, por meio de manifestações estéticas e rituais inscritas em movimentos culturais específicos. De todo modo, o autor deixa claro que o carnaval, tal como outras formas simbólicas, não pode ser exaus-

tivamente reduzido apenas à cultura ou à política, já que o mesmo possui uma forma *bi-vocal*, ou seja, é constituído por uma *unidade ambígua* de ambas as dimensões.

Fechando essa parte, não se pode deixar de abordar, no campo das relações de interação, o trabalho de Fredrik Barth (contemporâneo ao de Cohen), mesmo que não se pretenda abarcar todas as conseqüências das contribuições do autor ao tema. Suas questões tiveram como ponto de partida uma etnografia sobre os Pathan (formados pelos pashtuns, pakh-tuns e afegãos), grupo étnico de grandes dimensões, habitante de regiões próximas à fronteira entre o Afeganistão e o oeste do Paquistão, que o levou a explorar uma série de temas relativos à dinâmica cultural de sistemas sociais poli-étnicos. Nesse sentido, Barth passou a relativizar a idéia da existência de culturas articuladas univocamente a grupos sociais, situados por sua vez em territórios definidos e circunscritos — o que reforçaria a noção simplista de que o isolamento geográfico e social sustentaria a manutenção da diversidade cultural. Tal argumento fundava-se, então, num conjunto de pesquisas que, com base na importância das fronteiras étnicas na construção identitária, buscavam ressaltar o caráter relacional ou processual das mesmas. Essas pesquisas afastavam-se, portanto, de uma definição substancialista, ao enfatizar como os elementos do repertório cultural de cada grupo são permanentemente selecionados e manipulados pelas coletividades em seus processos de definição e redefinição identitária, em função de necessidades políticas, econômicas e sociais, fazendo com que os mesmos definam e sejam definidos ao longo de um processo perma-

nente de interação. Isso levaria, basicamente, ao deslocamento do “foco da investigação da constituição interna e da história de cada grupo para as fronteiras étnicas e a sua manutenção”. Tal abordagem teve continuidade através de outras pesquisas, como a empreendida em Oman (sudoeste da Ásia), cuja cidade de Sohar, de 20 mil habitantes, é composta por cinco grupos étnicos e lingüísticos e por quatro afiliações religiosas. Desse modo, são partes em interação que “sustentam diferentes dogmas, cosmologias, corpos de leis e posições a respeito de moralidade, cultura e política, posições que, além do mais, estão continuamente em fluxo”. Tal trajetória levou o autor a problematizar o alcance do conceito de sociedade como entidade única, totalizada e englobante, havendo a necessidade de se abordá-la como contexto e o resultado de ações, não como uma coisa, dada *a priori* e ordenada, numa clara crítica à visão durkheimiana e a outras decorrentes de sua influência, como o funcionalismo, o estrutural-funcionalismo e o estruturalismo.

Tal visão não seria tão inovadora se retomarmos o percurso de nossos escritos — tendo em vista as concepções de sociedade em jogo desde as oposições entre Simmel e Durkheim, já reconstituídas anteriormente —, embora tenha sido construída a partir de uma sólida base etnográfica. É, aliás, instigante perceber como as abordagens acima, em torno do conceito de situação, nasceram no interior de um referencial estrutural-funcionalista (apesar de os escritos de Evans-Pritchard já apontarem para um rompimento de tal paradigma) e gradativamente tenham caminhado, boa parte em decorrência das descobertas etnográficas, para uma

crítica, com distintos graus de radicalidade, a tais referenciais teóricos, com ênfases diferenciadas no tema da interação.

Embora parte desses trabalhos não aborde necessariamente cidades, e os contrastes ou continuidades entre o domínio urbano e o rural ou tribal sejam alvos de várias problematizações, é plausível a idéia de que o contexto citadino, marcado por múltiplas conexões e desconexões, por atividades ou interações, seja aquele em que a experiência da polietnicidade se exacerba consideravelmente.

Os desafios de abordagens contemporâneas

Pretende-se, a partir daqui, abordar sinteticamente alguns enfoques contemporâneos de autores que recentemente enfrentaram ou vêm lidando com questões ligadas à cidade dentro das referências conceituais até aqui reconstituídas. Ao mesmo tempo, será oportunidade para um breve diálogo com questões antropológicas recentes que, de alguma forma, interpelam temas discutidos.

O primeiro trabalho a ser enfatizado é o de Ulf Hannerz, cuja obra *Exploring the city* (1980) serviu aqui de referência, a partir do diálogo privilegiado que estabelece com Simmel e com as Escolas de Chicago e de Manchester. Como bem sintetiza Graça Índias Cordeiro, quanto às conclusões de tal livro, propõe-se uma divisão de abordagens em cinco domínios básicos — lar e parentesco, abastecimento, lazer, vizinhança e tráfego —, sendo que uma antropologia *da*

cidade (e não apenas *na* cidade) deveria olhar as mesmas “como estruturas sociais de domínios múltiplos, com uma particular atenção às formas e graus de inter-relações, não só no interior dos domínios, como entre eles”. Nesse sentido, os estudos de caso, ao atingirem significativa diversificação, poderiam deixar transparecer as conexões e cruzamentos — entendidos como “redes de redes” — que compõem a cidade. O próprio Hannerz teria realizado pesquisas que oscilaram entre apresentar o contexto urbano apenas como *lôcus* de análise — como a realizada sobre uma unidade de vizinhança afro-americana em Washington D.C., nos Estados Unidos — e outras dentro do espírito citado — como a feita em Kafanchan, na Nigéria, buscando captar um conjunto conectado de atividades e cenas urbanas capazes de revelar pequenas unidades sociais integrantes da estrutura urbana mais abrangente.

Há vários anos, entretanto, Hannerz tem se dedicado a temas relacionados, mas não diretamente ligados à antropologia urbana, como temáticas transnacionais, fluxos culturais ou globalização. Numa entrevista ao final da década passada, seu balanço sobre a antropologia urbana indicava, apesar da quantidade significativa de boas etnografias, uma tarefa ainda a realizar: uma contribuição teórica mais consistente ao pensamento antropológico geral, com base no exame de fatores não tão facilmente encontrados em outros lugares que não a cidade, que deveria ser o lugar estratégico para uma reflexão sobre a cultura em termos da organização da diversidade. Para Hannerz, “os antropólogos urbanos deveriam pensar não somente sobre o que é antropológico

na antropologia urbana, mas também sobre o que ela tem de propriamente urbano”, o que significa, para ele, focalizar seriamente o urbanismo. Numa maior aproximação com temas discutidos até aqui, Hannerz lembra ainda que a cidade tende a ser o local onde relações de distância e curta distância coexistem, com uma intensificação das interações a partir da combinação das mesmas. Fechando com uma passagem anterior do autor,

normalmente, tendemos a pensar a cidade, um pouco inspirados em Wirth, como um local onde os estranhos se encontram, mas que às vezes se conhecem uns aos outros; como um local de redes esparsas, nas quais afinidades podem ser descobertas, mas não assumidas; e mais exatamente como uma estrutura fluida, onde a trajetória de vida das pessoas não é inteiramente previsível. A cidade não é apenas isso, embora tampouco isso seja só uma ficção decorrente de nossa imaginação. Deixemo-nos, como etnógrafos, prestar mais atenção a tais realidades.

Outro trabalho que dialoga significativamente com o presente campo de debates é o de Isaac Joseph, cujo texto *A respeito do bom uso da Escola de Chicago* (1998) sintetiza aspectos relevantes. Um ponto de partida pode ser a retomada da própria abertura de nosso livro, quando da introdução da figura do cidadão em contraponto à do cidadão, na medida em que, para o autor, a tradição da Escola de Chicago interessa-se não pela sociabilidade de um “nós” já constituído (que tende a uma idealização iluminista das qualidades desejadas do espaço público), mas daquele que efe-

tivamente emerge de um encontro público, ligado à capacidade de cada sociedade de fazer com que os vínculos sociais ganhem consistência. Tendo em vista, portanto, que o cidadão circula por mundos diferentes, contíguos porém distintos, “a cidade torna-se essa unidade desconcertante de um espaço físico de locomoção e de um espaço abstrato de comunicação que costumamos chamar de espaço público”, sendo, desse modo, menos um espaço consensual do que de desterritorialização.

Decorre daí a importância fundamental, segundo Joseph, de um retorno a Simmel, para a compreensão articulada de temas centrais na experiência urbana, como os do trânsito, do estrangeiro e da conversa. Com relação ao primeiro, trata-se de compreender melhor a já mencionada questão da co-presença no espaço público, cuja multiplicação de contatos é contraposta pela reserva como uma prática que propicia certo ordenamento frente à multiplicação de estímulos. Em vez de um pessimismo, deve-se, no entanto, entender a mesma como condição de possibilidade para a realização seletiva de encontros ou contatos significativos (seja entre indivíduos, entre grupos, ou mesmo entre coletividades mais amplas). No segundo tópico, a metáfora do estrangeiro remete à idéia da fragilidade dos laços sociais, feitos de intimidade e distância, com relações marcadas por pequenas repulsas recíprocas; isso talvez diga respeito à própria condição de habitantes das metrópoles, nas quais, dependendo de onde, quando e com quem se encontram, podem passar pela condição de estranhos (cujo gradiente de estranheza é situacional), quando o outro da relação tem

uma identidade apenas aproximada ou precariamente tipificada. Finalmente, a conversa como espaço possível do princípio da sociabilidade, enquanto construção temporária de uma igualdade, numa espécie de modelo reduzido (simbólico e lúdico) do fim da servidão, dentro do que Joseph denomina “compromisso de vitalidade contida”.

Finalmente, passemos à última obra referencial, *L'Invention de la ville*, de Michel Agier (1999), na qual, dentre as interlocuções, estabelece-se um diálogo profícuo com várias das referências da antropologia urbana já mencionadas sobre o livro de Hannerz, chegando-se a sínteses distintas. O autor concorda que o ponto de partida de uma *etnologia cidadina* deva ocorrer no plano da microescala cotidiana, a partir de contatos de longa duração com os observados, principalmente, com aqueles localizados em contextos urbanos definidos pela informalidade, precariedade ou ilegalidade, que caracterizam a maioria das cidades africanas ou latino-americanas, nas quais Agier vem desenvolvendo suas pesquisas. A partir da atenção a tais práticas singulares e plurais, procurando ler a cidade “por cima dos ombros” desses cidadãos, busca-se atingir, por indução, significados mais abrangentes da cidade, paradoxalmente mais otimistas que os diagnósticos de urbanistas e outros intelectuais europeus, que tendem a enfatizar a “não-cidade”, os “não-lugares” ou o “pós-urbano”.

Tal abordagem se vale, em boa parte, de uma perspectiva situacional, construída de início em torno de duas idéias-chave: sua coerência interna (que supõe a presença de um mínimo de significado socialmente partilhado) e o

agenciamento social de determinadas coerções (como a densidade residencial de uma cidade, sua heterogeneidade étnica ou regional, as diferenciações econômicas ou organizações do trabalho próprias a cada contexto, os tipos de segregação espacial etc.). A *situação* definida a partir desses dois elementos — *sentido compartilhado e regulações do contexto* — se relaciona, por sua vez, com outras situações, chegando-se aos *efeitos recíprocos entre situações*, que, no conjunto, definem “espaços-tempos de interação intelectualmente coerentes, contextualizados por suas relações com outros espaços-tempos de interações”.

Nessa linha, o autor adota o conceito de sociabilidades alargadas — *sociabilités élargies* — para compreender o modo como esses indivíduos constroem redes mais amplas de relação, com base em vínculos de parentesco (incluindo o parentesco prático ou fictício, que envolve um conjunto de relações não genealógicas), vizinhança, lazer ou associativismo, nas quais se estabelecem níveis intermediários de vida social, situados entre o mundo doméstico de tais cidadãos e as instituições ou macroestruturas mais abrangentes. Seriam espécies de esferas de continuidade entre os espaços mais próximos desses habitantes (as relações entre parentes, colegas ou vizinhos) e de quadros públicos de criação e representação de identidades coletivas (que não devem, entretanto, ser encaradas apenas em sua positividade, pois no interior de tal solidariedade podem emergir formas clientelistas ou mesmo mafiosas). Segundo Agier, o domínio de tais sociabilidades alargadas — formado pelas relações marcadas pelos tipos de vínculo já frisados, estabelecidos através

de uma sucessão mediada de proximidades sociais e incluindo uma margem considerável para escolhas eletivas — basear-se-ia em dinâmicas de redes, cuja ampliação incessante levaria, em última instância e numa perspectiva totalizante, à própria compreensão da cidade enquanto “rede das redes” (como já aventara Hannerz), mesmo que isso se trate, admite o autor, de um horizonte metafórico, impossível de uma reconstituição antropológica.

Ponderações finais

Ao final desse percurso, que frisou a importância de se estabelecer contrapontos básicos para uma compreensão mais precisa das dinâmicas relacionais no contexto urbano, como os de proximidade e distância ou cidadão e cidadão, e sem a intenção de produzir uma síntese final, pode-se nessas linhas conclusivas levantar algumas questões relevantes quanto ao enfrentamento de reflexões e pesquisas no campo dos estudos antropológicos sobre a cidade.

Embora o campo abordado seja relativamente vasto, pode-se dizer, sinteticamente, tomando a influência considerável de Simmel em certas vertentes, como as instauradas a partir da Escola de Chicago, que na obra do autor há uma problematização do conceito de sociedade num plano holístico e supra-individual, visível nas suas contraposições às posições durkheimianas. Contudo, como foi visto, sua ênfase nos indivíduos não significa uma perspectiva atomista, mas, sobretudo, uma preocupação com o aspecto relacional

e situacional que os arranjos interacionais possuem na própria criação e dissolução dos vínculos sociais. Tal perspectiva pode, entretanto, ter perdido parte de sua força, na medida em que, em estudos sociológicos e antropológicos posteriores, houve, como foi mostrado, combinações de várias ordens entre as influências de Simmel e Durkheim. Ainda assim, pode-se dizer que se manteve uma certa tensão, na maioria das vezes implícita e positiva do ponto de vista etnográfico, entre sociabilidade e sociedade.

Esquemáticamente, pode-se pensar quase que num caminho inverso, ao tomarmos os estudos realizados em torno do conceito de situação, da Escola de Manchester até autores contemporâneos. Com um arcabouço inicial bastante influenciado por Durkheim, como o estrutural-funcionalismo, amparado inicialmente na visão de uma sociedade ou estrutura social que poderia abarcar distintas culturas, tal referencial ensejou, a partir de um conjunto considerável de impactos etnográficos, dentro de algumas vertentes do campo dos estudos de etnicidade, uma crescente relativização da própria noção holística de sociedade. O expoente residiria nas posições defendidas por Barth, a partir da radicalização das decorrências de sua visão sobre o tema das fronteiras étnicas.

O contraponto entre essas duas vertentes, representadas grosso modo pelas correntes articuladas a partir das Escolas de Chicago e Manchester, permite tocarmos em outros desafios de abordagem. Se no primeiro campo (inicialmente sociológico, com enfoque sobretudo em contextos urbanos norte e latino-americanos) costuma-se falar em

interações entre *indivíduos*, no segundo (desde o início antropológico, focalizando ou não cidades, em contextos não-ocidentais, principalmente africanos), prefere-se falar em interações entre *pessoas*.

Há certamente uma tradição de abordagens na antropologia que prioriza o conceito de pessoa ao de indivíduo, já que o primeiro representaria o modo predominante, na maioria das sociedades não-ocidentais, da construção da individualidade, inserida em totalidades mais amplas de parentesco, religiosidade e moralidade, com ênfase, portanto, no campo das relações a partir das quais as pessoas se inscreveriam numa totalidade social hierárquica. Como teria mostrado Louis Dumont (1911-98), dentre outros, o indivíduo (ou mais precisamente, o individualismo) representaria uma espécie de culto ideológico das sociedades modernas, regidas pela idéia de que a sociedade seria resultante da somatória de indivíduos (pré-sociais), através da decisão pactuada de sua criação enquanto tal, como nas propostas dos filósofos contratualistas. Como se sabe, tais propostas foram posteriormente criticadas, a começar por Durkheim, ao defender o social como uma dimensão objetiva e supra-individual. Em outras palavras, a passagem do estado de natureza para o de sociedade realizado por indivíduos talvez tivesse certo fundamento lógico, mas não sociológico.

Por outro lado, como foi dito, a ênfase no indivíduo pelas correntes mais influenciadas por Simmel não significa um enfoque num indivíduo autônomo. Como lembra Vandenberghe, quando Simmel afirma que a sociedade como tal não existe, não quer dizer que só os indivíduos são reais,

mas que nem a sociedade nem o indivíduo o são, a não ser em decorrência de suas implicações recíprocas. De certo modo, o conceito de sociabilidades alargadas de Agier aponta para um significativo núcleo de sociabilidade entre pessoas, beneficiando-se sem dúvida de uma tradição de abordagens centrada em tal conceito. Porém, contrapondo com as posições defendidas por Joseph, é também plausível afirmar que, se de um ponto de vista os cidadãos constroem relações ampliadas como pessoas (sobretudo aquelas estabelecidas a partir do bairro de moradia marcado por uma densidade de interações), em várias outras situações, principalmente quando em circulação por outros espaços urbanos, os mesmos enfrentam contextos de reserva, estranheza e distanciamento, que, embora sejam por vezes condições iniciais para uma possível interação, muitas vezes os mantêm anônimos, aproximando-os de uma condição de impessoalidade que também pauta o mundo urbano. Cabe por fim lembrar a idéia simmeliana de que o indivíduo moderno é, sobretudo, um ponto privilegiado de cruzamento de vários círculos sociais, portanto, um pólo de relações e tensões. Desse ponto de vista, não deve haver necessariamente uma escolha excludente entre o enfoque sobre pessoas e indivíduos, pois isso possivelmente também constitui uma condição situacional.

Um uso teórico e não coloquial do conceito de sociabilidade, com ênfase na sociabilidade urbana, e seus contrapontos com o de sociedade merecem, portanto, aprofundamento, num momento em que, no campo antropológico contemporâneo, uma crítica radical à noção de sociedade

(ou do dualismo sociedade-indivíduo) vem sendo realizada à luz do conceito de *socialidade* — muito sinteticamente, a capacidade humana abstrata para o social, sem a determinação do caráter da relação, com ênfase no conceito de pessoa. Isso acontece através de autores como Marilyn Strathern, que realiza (com base em pesquisa na Melanésia) um questionamento significativo do conceito de sociedade em Durkheim e Radcliffe-Brown, e que prefere socialidade à sociabilidade, porque a segunda se inseriria, segundo ela, dentro de um campo marcado pela tendência a encarar o relacionamento ou conexão como uma atividade moralmente positiva.

Com base no que foi discutido nesse livro, talvez possa se objetar sobre o englobamento acima pretendido, a começar se lembrarmos que, para Simmel, a ausência de relação pode também ser um tipo específico de relação. Entretanto, uma tarefa considerável como essa fica para uma outra oportunidade, reafirmando que um passo importante reside numa utilização conceitual mais profunda e conseqüente do conceito de sociabilidade, superando certa banalização resultante de um uso cada vez mais difundido. Espera-se, também, que esses escritos inspirem, eventualmente, novas indagações ou futuras empreitadas nos leitores, à luz dos conceitos e pesquisas antropológicas sobre fenômenos urbanos.

Referências e fontes

- AGIER, Michel. *L'Invention de la ville*. Paris, Archives Contemporaines, 1999, p.69-74 e 14 é citado nas p.34 e 39, respectivamente. "Introduction" e p.14-5 (incluindo citação literal, traduzida por mim) são citadas na p.49. As p.110; 111; 113; 123; e 127 são citadas nas p.49-51.
- BARTH, Fredrik. "A identidade pathan e sua manutenção" (1969), in *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas — Fredrik Barth*. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 2000 é citado na p.43; "Os grupos étnicos e suas fronteiras" (1969), p.26-7 (citação literal da p.27) e p.33-4 são citadas na p.44 e "Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades" (1992), p.180 (citação literal) e p.186 é citada na p.44.
- BARTHÉLÉMY, Fabienne e Benoît CRET. "Le problème de la sociologie de Simmel", in Simmel, *Le problème de la sociologie (et autres textes)*. Paris, Sandre, 2006, p.108 e 99-101 é citado nas p.8 e 11, respectivamente.
- BECKER, Howard. "A Escola de Chicago", *Mana*, vol.2, n.2, Museu Nacional, Rio de Janeiro, out 1996, p.182 é citada na p.29.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1986 é citado nas p.26-7.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). *De volta à cidade*. São Paulo, Annablume, 2006 é citado na p.29.
- COHEN, Abner. "Custom and Politics in Urban Africa" [1969], in Ulf Hannerz, *Exploring the City*. Nova Iorque, Columbia University Press, 1980, p.346 é citado nas p.41-2.
- _____. (org.). "Introduction: the lesson of ethnicity", in *Urban Ethnicity*. Londres, Tavistock, 1974 e "Drama and politics in the development of a London carnival", *Man — The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol.15, n.1, Londres, mar 1980 são citados nas p.42-3.
- CORDEIRO, Graça Í. "A antropologia urbana entre a tradição e a prática", in Graça Í. Cordeiro, Luís V. Baptista e António F. da Costa (orgs.), *Etnografias urbanas*. Oeiras, Celta, 2003, p.12-3 (incluindo citação literal) é citado nas p.45-6.
- CUIN, Charles-Henry e François GRESLE. *História da sociologia*. São Paulo, Ensaio, 1994, p.191, 193 são citadas na p.17.
- DONZELOT, Jacques. *Quand la ville se défait*. Paris, Seuil, 2006 é citado na p.35.
- DOUGLAS, Mary e Baron ISHERWOOD. *O mundo dos bens*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2004 [1979], p.39-41 são citadas na p.26 deste livro.
- ELIAS, Norbert e John L. SCOTSON. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000 [1965] é citado na p.28.
- EUFRÁSIO, Mário. "A temática da sociabilidade na escola sociológica de Chicago", in *Sociabilidades/ Laboratório de Análises da Sociabilidade Contemporânea*. Departa-

- mento de Sociologia, FFLCH, USP, São Paulo, 1996, incluindo p.38 (citação literal) é citado nas p.17-8.
- _____. *Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)*. São Paulo, PPGS, USP/Ed. 34, 1999, p.103 e 186 (citação literal), p.276-7 e 287 são citadas na p.21.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo, Perspectiva, 1978 [1940], p.149 é citado nas p.38-9.
- _____. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005 [1976] é citado na p.39.
- FAUSTO, Carlos. *Inimigos infieis*. São Paulo, Edusp, 2001, p.146 é citada na p.55.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. "Introdução", in *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo, Global, 1987, p.31 é citada na p.40.
- FORTUNA, Carlos. "Simmel e as cidades históricas italianas: uma introdução", *Revista Crítica de Ciências Sociais* ("Dossiê Simmel: a estética e a cidade"), n.67, Coimbra, CES, dez 2003, p.102 é citada na p.14.
- FRÚGOLI Jr., Heitor. "Os shoppings de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico", in Silvana M. Pintaudi e Heitor Frúgoli Jr. (orgs.), *Shopping Centers*. São Paulo, Unesp, 1992 é citado nas p.24-5.
- _____. *Centralidade em São Paulo*. São Paulo, Edusp, 2ª ed., 2006 [2000] é citado nas p.29-30.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, UFRJ, 2002 [1988] é citado na p.23.
- GILLIES, Eva. "Introdução", in Evans-Pritchard, *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*, op.cit., p.24 é citada na p.39.
- GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zulu-lândia moderna" (1958), in Bela Feldman-Bianco (org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas* (op.cit.) é citado nas p.39-40.
- GOFFMAN, Erving. *Les rites d'interaction* [1988], p.104 e 111, in Alain Caillé, "A dádiva das palavras: o que o dizer pretende dar", 1994, p.125-6, in P.H. Martins, *A dádiva entre os modernos* (Petrópolis, Vozes, 2002) é citado na p.10.
- HAESLER, Aldo. "A demonstração pela dádiva: abordagens filosóficas e sociológicas" (1993), in P.H. Martins, *A dádiva entre os modernos* (op.cit.) p.152-8 é citado na p.12.
- HANNERZ, Ulf. *Exploring the City: Inquiries toward an Urban Anthropology*. Nova York, Columbia University Press, 1980, p.44-50; 28 e 56; 40-4; cap.IV; 119-62; 133-5; e 140-2 é citado nas p.20-1; 31-2; 36-7; 38; 40-1, respectivamente.
- _____. *Soulside* [1969], in Graça I. Cordeiro, "A antropologia urbana entre a tradição e a prática", op.cit., p.29 é citado na p.46 e "Washington and Kafanchan: a view of urban anthropology" [1982] é citado na p.46. A p.35 (citação literal, traduzida por mim) é citada na p.47.
- _____. "Os limites de nosso auto-retrato. Antropologia urbana e globalização", *Mana*, vol.5, n.1, Rio de Janeiro, Museu Nacional, abr 1999, p.154-5. A entrevista, realizada por F. Rabossi é citada nas p.46-7 (incluindo citação literal no mesmo trecho).

- HEINICH, Nathalie. *A sociologia de Norbert Elias*. Bauru, Edusc, 2001, p.101 (citação literal) e 122-5 é citado nas p.28-9.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes, 2003 [1961] é citada nas p.26-7.
- JOSEPH, Isaac. “A respeito do bom uso da Escola de Chicago”, in L.P. Valladares (org.). *A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte/ Rio de Janeiro, Ed. UFMG/ IUPERJ, 2005 [1998], p.111; 110-11 (citação literal); 118-19 (citação literal); e 122-4 (citação literal) é citado nas p.7; 22; 47-8 (citação literal); e 47-8, respectivamente.
- _____. *Erving Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro, FGV, 2000, p.16-17; 12; 17-9; 17-8; 9 e 11 é citado nas p. 8; 10; 11-2; 12-3; 24; e 36, respectivamente.
- _____. “Entrevista sobre a Escola de Chicago”, *BIB*, n.49, Rio de Janeiro, 1º sem 2000, p.6-7 e 5 é citada nas p.22 e 47-8, respectivamente. Entrevista realizada por L. P. Valladares e R. Kant de Lima.
- LEVINE, Donald N. (org.). “Introdução”, in *Simmel: on Individuality and Social Forms*. Chicago/Londres, Chicago University Press, 1971, p.xxvii; xxvi; xxvi; xxxiii e liii-liv é citada nas p.9-11 e 19, respectivamente.
- _____. Ellwood B. CARTER e Eleanor M GORMAN. “Simmel’s Influence on American Sociology”, in H. Böhringer e K. Gründer (orgs.), *Ästhetik und Soziologie um die Jahrhundertwende: Georg Simmel*. Frankfurt, V. Klostermann, 1976, p.187 é citado literalmente (com minha

- tradução do inglês para o português) no primeiro parágrafo da p.9.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1982 é citado na p.12.
- _____. “Introdução à obra de Marcel Mauss” [1950], in *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naif, 2003 é citada na p.12.
- MARCUSE, Peter. “The enclave, the citadel, and the ghetto: what has changed in the post-fordist U.S. city”, *Urban Affairs Review*, vol.33, n.2, St. Louis, Sage Pbl. Inc., nov 1999 é citado na p.32.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva; forma e razão da troca nas sociedades primitivas” (1925), in *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naif, 2003 é citado na p.11.
- MITCHELL, J. Clyde. *The Kalela Dance*. Rhodes-Livingstone Papers, n.27, Manchester, Manchester University Press, 1956 é citado nas p.40-1.
- PARK, Robert E. “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano” (1916), in O.G. Velho (org.), *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987 é citado na p. 18.
- _____. *Human Communities* [1952], p.47, in *Ulf Hannerz, Exploring the City*, op.cit., p.26 é citado nas p.19-20. A citação foi traduzida por mim e os grifos são meus.
- _____ e Ernest BURGESS. *Introduction to the Science of Sociology* [1921], in Mário Eufrazio, *Estrutura urbana e ecologia humana*, op.cit., p.103 é citado na p.21.

- PRÉTECEILLE, Edmond. “La ségrégation sociale a-t-elle augmenté? La métropole parisienne entre polarisation et mixité”, *Sociétés Contemporaines*, n.62, Paris, CNRS, 2º sem 2006 é citado na p.34 e a p.71 é citada na p.35.
- POUTIGNAT, Philippe e Jocelyne STREIFF-FENART. *Teorias da etnicidade*. São Paulo, Unesp, 1997, p.113-16; 113-144; 114 (citação literal) e 98 é citado nas p.36-7; 38; 41-2, respectivamente.
- RADCLIFFE-BROWN, A.R. “O método comparativo em antropologia social” [1952], in Júlio C. Melatti (org.), *Antropologia: Radcliffe-Brown*. São Paulo, Ática, 1995. O artigo de 1952 é citado na p.40.
- RAMADAN, Tariq. “A inflamada linguagem da destruição”, *Estado de São Paulo*, São Paulo, 13/11/2005. A entrevista, realizada por Laura Greenhalgh, é citada na p.35.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos, Arno Vogel e Marco Antonio da Silva Mello. *Quando a rua vira casa*. São Paulo, IBAM/FINEP/Projeto, 3ª ed., 1985 é citado na p.27-8.
- SIMMEL, Georg. “A sociabilidade” (1917), in *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006 é citado nas p.9-10; “Sociability”, in Donald N. Levine, *Simmel: on individuality and social forms* (op.cit.), p.130-1 é citado na p.13; “O estrangeiro” (1908), in E. Moraes (org.), *Sociologia: Simmel*. São Paulo, Ática, 1983 é citado na p.16 e “As grandes cidades e a vida do espírito” (1903), *Mana*, vol.11, n.2, Rio de Janeiro, Museu Nacional, out 2005 é citado nas p.15-6.

- SQUAT, Rockin’. “As zonas francas”, *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 13/11/2005. A entrevista, concedida a Adriana F. Silva, é citada na p.35.
- STRATHERN, Marilyn. “No limite de uma certa linhagem”, *Mana*, vol.5, n.2, Rio de Janeiro, Museu Nacional, out 1999. A entrevista, concedida a Eduardo Viveiros de Castro e Carlos Fausto, é citada nas p.54-5.
- _____. “For the motion (1)”, in “The concept of society is theoretically obsolete” (1989), in Tim Ingold (org.), *Key Debates in Anthropology*. Londres/Nova York, Routledge, 1996 é citado nas p.54-5.
- THOMAS, William. “Définir la situation” [1923], in Yves Grafmeyer e Isaac Joseph, (orgs.). *L'École de Chicago*, in Alain Coulon, *A Escola de Chicago*. Campinas, Papirus, 1995, p.40 é citado na p.36.
- VANDENBERGHE, Frédéric. *As sociologias de Georg Simmel*. Bauru/Belém, Edusc/EDUFPA, 2005, p.87 (citação literal); 219 e 221; 98; 124-5 e 97-8 é citado nas p.9; 11; 16-7; 53-4, respectivamente.
- VELHO, Gilberto. “Sociabilidades”, *Estudos Históricos*, n.28, Rio de Janeiro, CPDOC, Ed. FGV, 2º sem 2001. Da entrevista, concedida a C. Castro, L.L. Oliveira e M. de M. Ferreira, são citadas as p.203 e 204-5 nas p.9 e 23, respectivamente.
- WACQUANT, Loïc. “Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano”, *Mana*, vol.2, n.2, Rio de Janeiro, Museu Nacional, out 1996 é citado na p.33.
- _____. *Corpo e alma*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002, p.44 e 55-6 é citado nas p.32-3.

- _____. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro, Revan/Fase, 2001, p.129-35 é citado nas p.33-4.
- WAIZBORT, Leopoldo. “Georg Simmel: sociabilidade e moderno estilo de vida”, *Sociabilidades*, vol.II, n.1, Natal, UFRN, dez 2002, p.65-7 é citado na p.14-5.
- _____. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Ed. 34, 2000, p.11 e 26; 518; 441-464; 333; 317; 333; 492 e 500-501 e 333 é citado nas p.8; 11; 13-6; 18-9, respectivamente.
- WIRTH, Louis. *The Ghetto* [1928], in Ulf Hannerz, *Exploring the City*, op.cit., p.40-4 é citado nas p.31-2.
- ZORBAUGH, Harvey. *The Gold Coast and the Slum* [1929], in Ulf Hannerz, *Exploring the City*, op.cit., p.44 é citado nas p.20-1.

SBD / FFLCH / USP		
Bib. Florestan Fernandes	Tombo:	311610
Aquisição: DOAÇÃO /		
Proc. / HEITOR F. JR.		
N.F.	/ R\$	39,00 29/4/2009

Leituras recomendadas

- Dentre as publicações que abordam questões substantivas da antropologia urbana, trabalhadas ou mencionadas no presente livro, sugiro: *Exploring the city: inquiries toward an urban anthropology*, de Ulf Hannerz (Nova York, Columbia University Press, 1980; há versões disponíveis em espanhol e francês) e *L'Invention de la ville: banlieues, townships, invasions et favelas*, de Michel Agier (Paris, Archives Contemporaines, 1999); um texto importante desse último autor em português, “Lugares e redes: as mediações da cultura urbana”, faz parte da coletânea *Além dos territórios* (organizada por Ana M. Niemeyer e Emília P. de Godoi, Campinas, Mercado das Letras, 1998); no campo de uma sociologia urbana com várias interlocuções com a antropologia, deve-se ler “A respeito do bom uso da Escola de Chicago” [1998], de Isaac Joseph, que integra a coletânea organizada por Licia do P. Valladares, *A Escola de Chicago: impactos de uma tradição no Brasil e na França* (Belo Horizonte/ Rio de Janeiro, Ed. UFMG/ IUPERJ, 2005), cuja leitura dos demais textos é também recomendada.

- Sobre Simmel, uma referência básica em português é *As aventuras de Georg Simmel*, de Leopoldo Waizbort (São Paulo, Ed. 34, 2000); tópicos em torno da sua abordagem sobre a sociabilidade e a metrópole podem ser obtidos, sobretudo,

em certos capítulos da parte III, como “A cidade, grande e moderna”, “O salão” e “O indivíduo como ponto de cruzamento dos círculos sociais”, embora, lembrando o caráter múltiplo e fragmentado de sua obra, valha a pena rastrear os temas de interesse em outros capítulos. Para uma introdução aos escritos do próprio Simmel, vale a pena ler “A sociabilidade (exemplo de sociologia pura ou formal)” [1917] (in *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006), cuja versão sem subtítulos está disponível em inglês: “Sociability” (in Levine, D.N. (ed.). *Simmel: on individuality and social forms*. Chicago/Londres, Chicago University Press, 1971); outro texto básico é “As grandes cidades e a vida do espírito” [1903], na revista *Mana* vol.11, n.2, out. 2005, Rio de Janeiro, Museu Nacional, com uma tradução direta do alemão, mais precisa que “A metrópole e a vida mental” (organizada por Otávio G. Velho, *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 4ªed., 1987), baseada na tradução norte-americana do original.

- Vários conceitos e questões substantivas ligados aos temas tratados nesse livro foram analisados com originalidade e profundidade pela antropologia urbana brasileira, mas não foram aqui abordados, pois o balanço exigiria uma outra publicação. Cabe a sugestão de leituras básicas e introdutórias, sem pretensão de esgotar o rol de linhas existentes e priorizando, quando possível, publicações mais recentes: “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)”, de Mariza Peirano (da coletânea organizada por Sérgio Miceli, *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*, São Pau-

lo/Brasília, Sumaré/Anpocs, vol.1, 1999, ([Antropologia]), cujas pesquisas nas grandes cidades são cunhadas pela autora de “estudos da alteridade próxima”; “Trajetos e trajetórias — uma perspectiva da antropologia urbana”, entrevista com José Guilherme Magnani na revista *Sexta-Feira* n.8, São Paulo, Ed. 34, 2006; “Os mundos de Copacabana”, de Gilberto Velho (que integra a coletânea organizada pelo mesmo, *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*, Rio de Janeiro, 1999); cabe ainda sugerir a leitura de “A guerra dos lugares”, de Antonio Arantes (capítulo do livro *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, Ed. Unicamp, 2000) e “A cidade como objeto atemporal”, que integra a publicação de Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert, *O tempo e a cidade* (Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2005).

- Participante da coletânea acima citada (*Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*), Graça Índias Cordeiro faz em outra publicação um balanço da antropologia urbana, com ênfase nos diálogos entre a produção portuguesa e a brasileira, em “A antropologia urbana entre a tradição e a prática” (que integra a coletânea organizada pela mesma, Luís V. Baptista e António F. da Costa, *Etnografias urbanas*. Oeiras, Celta, 2003, e que também aborda, na parte II, os estilos de sociabilidade).
- Uma crítica recente ao campo da antropologia urbana, num diálogo, entre outros, com Gilles Deleuze, Félix Guattari e Paul Veyne, pode ser obtida em “Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões” de

Márcio Goldman (capítulo de *Alguma antropologia*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1999). Um contraponto anterior significativo, dialogando parcialmente com as mesmas referências teóricas, pode ser lido em *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*, de Nestor Perlongher (São Paulo, Brasiliense, 2ªed., 1987), cuja notável etnografia urbana levou o autor à elaboração do conceito de territorialidades itinerantes.

- Sobre o tema da etnicidade, sobretudo as abordagens com interfaces com os estudos urbanos, vale a pena rastrear o livro de Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart, *Teorias da etnicidade* (São Paulo, Ed. Unesp, 1997), que, ao final, conta com o clássico texto de Fredrik Barth, “Grupos étnicos e suas fronteiras” (1969); para a compreensão de como uma vertente significativa da antropologia britânica aqui abordada aportou nos estudos brasileiros, ler a entrevista com Peter Fry na *Cadernos de Campo* (ano 14, n.14, PPGAS, USP).

Agradecimentos

Este livro nasceu principalmente das leituras e discussões realizadas no Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade — GEAC, cabendo agradecer a todos os seus participantes, especialmente a Jessie Sklair Corrêa, Enrico Spaggiari, Isadora Zuza da Fonseca e Fábio Costa Julião, pela leitura atenta e sugestões, bem como a Caroline Hilário Macedo, Carlos Filadelfo de Aquino, Daniel De Lucca Reis Costa e Marina Capusso. Sou também grato ao auxílio de Leopoldo Waizbort, ao convite e à leitura cuidadosa de Celso Castro, e, por fim, à inspiração decorrente de conversas de longa data com Fernanda Arêas Peixoto e Júlio Assis Simões.

Sobre o autor

Heitor Frúgoli Jr. é mestre em antropologia social e doutor em sociologia (ambos pela Universidade de São Paulo — USP), professor do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma universidade e pesquisador do CNPq. Já publicou *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole* (Edusp, 2006, 2ª ed.) e *São Paulo: espaços públicos e interação social* (Marco Zero, 1995); foi co-organizador das coletâneas *As cidades e seus agentes: práticas e representações* (PUC-Minas/Edusp, 2006) e *Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras* (Unesp, 1992). Atualmente coordena o Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade da USP.

Coleção PASSO-A-PASSO

Volumes recentes:

CIÊNCIAS SOCIAIS PASSO-A-PASSO

Origens da linguagem [41],
Bruna Franchetto e Yonne Leite

Literatura e sociedade [48],
Adriana Facina

Sociedade de consumo [49],
Livia Barbosa

Antropologia da criança [57],
Clarice Cohn

Patrimônio histórico e cultural [66],
Pedro Paulo Funari e Sandra
de Cássia Araújo Pelegrini

Antropologia e imagem [68],
Andréa Barbosa e Edgar T. da Cunha

Antropologia da política [79],
Karina Kuschnir

Sociabilidade urbana [80],
Heitor Frúgoli Jr.

FILOSOFIA PASSO-A-PASSO

Anarquismo e conhecimento [58],
Alberto Oliva

**A pragmática na filosofia
contemporânea [59],**
Danilo Marcondes

Wittgenstein & o Tractatus [60],
Edgar Marques

Leibniz & a linguagem [61],
Vivianne de Castilho Moreira

Filosofia da educação [62],
Leonardo Sartori Porto

Estética [63], Kathrin Rosenfield

Filosofia da natureza [67],
Márcia Gonçalves

Hume [69], Leonardo S. Porto
Maimônides [70], Rubén Luis
Najmanovich

Hannah Arendt [73], Adriano
Correia

Schelling [74], Leonardo Alves Vieira

Nilismo [77], Rossano Pecoraro

Kierkegaard [78], Jorge Miranda de
Almeida e Alvaro L.M. Valls

PSICANÁLISE PASSO-A-PASSO

O adolescente e o Outro [37],
Sonia Alberti

A teoria do amor [38],
Nadiá P. Ferreira

O conceito de sujeito [50],
Luciano Elia

A sublimação [51], Orlando Cruxên

Lacan, o grande freudiano [56],
Marco Antonio Coutinho Jorge e
Nadiá P. Ferreira

Linguagem e psicanálise [64],
Leila Longo

Sonhos [65], Ana Costa

Política e psicanálise [71],
Ricardo Goldenberg

A transferência [72],
Denise Maurano

Psicanálise com crianças [75],
Teresinha Costa

Feminino/masculino [76],
Maria Cristina Poli